

1 Ata da Reunião Ordinária de nº 294 do Conselho Municipal de Saúde de Arapongas – CMS, realizada na  
2 data de 11 de Agosto de 2021 às 19h30 no Auditório do Paço Municipal, com a participação dos seguintes  
3 membros: no Segmento Gestores Srs (as). Moacir Paludetto Junior – Titular – SEMUS e Elizabeth  
4 Fernandes Penha – Titular – SEMUS; Segmento de Prestadores Sra. Márcia Cristina Krempel – Titular –  
5 HONPAR; Segmento de Trabalhadores, Srs. Eucir Antônio Zanatta – Titular – SINDSAÚDE, e Alecsandro de  
6 Andrade Cavalcante – Titular – SIMEPAR; no Segmento de Usuários os Srs (as), Antonio Jorge Magro –  
7 Associação Ulisses Guimarães – Titular, Francisco Robério Peres da Cunha – Titular – Pastoral da Criança,  
8 e Maria de Fátima Grego – Titular – UAMMA. Após verificação da obtenção de quórum, o Presidente  
9 Zanatta deu início a Reunião às 20h00 após a segunda chamada, agradecendo a participação dos membros  
10 e informando os pontos de Pauta, quais sejam: 1º Aprovação das Atas Nº 293 e 1ª Reunião Extraordinária  
11 de 2021, submetendo dessa forma para apreciação as Atas especificadas, ressaltando que as Reuniões  
12 destas foram realizadas em 15 de Junho e 16 de Junho do corrente ano, que devido não haver  
13 questionamentos quanto as Atas citadas, estas foram consideradas aprovadas por unanimidade. O  
14 Presidente Zanatta na sequência indaga aos Conselheiros se há algum informe a ser acrescentado ou  
15 eventualmente outros pontos de Pauta de interesse dos conselheiros, ao que o Conselheiro Moacir informa  
16 que houve o recebimento de um novo lote de vacinas na data de hoje, e que será concluído a primeira  
17 etapa de vacinas para pessoas com idade acima dos 18 anos na sexta feira 13 de agosto. O Presidente  
18 Zanatta cita que houve a adição no ponto de Pauta sobre a Vacinação, no item 6, sendo louvável que o  
19 Secretário e Conselheiro Moacir tornou a mesma como Informe, ressaltando também que tem observado,  
20 assim como o Conselheiro Dr. Alecsandro que rotineiramente está em outros Municípios da região como  
21 Maringá, que há uma demanda na cidade citada, onde questionam a Secretaria de Estado em relação ao  
22 percentual de vacinas entregues àquela localidade, informações estas advindas por reportagem, e que em  
23 Arapongas tem que ser reconhecido e valorizado o trabalho quem tem sido feito, pois acredita que este  
24 Município está com a menor faixa etária sendo vacinada no momento, chegando na casa dos 22 anos e  
25 agora através de informações do Conselheiro Moacir na idade de 18 anos. Na ocasião o Conselheiro  
26 Robério relata que viu em algumas reportagens que em outros Municípios que alcançaram a idade de 18  
27 anos pararam e começaram a antecipar a segundas doses das vacinas Astrazeneca e Pfizer, e reportando –  
28 se ao Conselheiro Moacir pergunta se é possível, e o mesmo responde que a bula da vacina Pfizer orienta  
29 que após os 21 dias pode ser aplicado, e a da Astrazeneca após 28 dias, porém é demonstrado a eficácia  
30 após 12 semanas e impacto, e é considerado todo esse tempo devido a disponibilidades de doses. O  
31 Conselheiro frisa também que não há recomendação para ser iniciado a vacinação, mas uma sinalização do  
32 Governo do Estado na questão de vacinas para o público de adolescentes, relata que é trabalhado sempre

33 com um limite de doses e que talvez tenha conseguido antecipar, avançar mais que outros Municípios  
34 porque está sendo feito um planejamento de quanto será preciso de doses para realizar as segundas doses,  
35 e que o restante é reconduzido para a primeira, ressalta que não ficará guardando a segunda dose durante  
36 um mês, dois meses, e que em alguns Municípios infelizmente tem deixado doses guardadas, e que devido  
37 ter conhecimento que agora chegam vacinas todas as semanas é reservado, e diz que como exemplo se  
38 precisarem de 2.000 segundas doses, é reservado e o restante é antecipado, com isso o estoque fica baixo.  
39 O Conselheiro Moacir menciona que se chegarem doses suficientes a partir da próxima semana para  
40 antecipar, levará a discussão para a Regional de Saúde para ter essa possibilidade, e aborda que o quanto  
41 antes as pessoas estiveram com seu sistema vacinal completo estará protegido do contágio, sendo mais de  
42 95% das pessoas que estão buscando a aplicação da segunda dose, sendo equivalente há 20.000 pessoas  
43 ou um pouco mais, com índice de atraso muito baixo. Ato contínuo o Conselheiro Aleksandro relata que é  
44 bacana que o Conselho se aproprie dessas informações, que a Gestão atual de vacinas da Secretaria tem  
45 tomado cuidado que lugar de vacina é no braço, ressaltando que acabou a política de tirar foto, pois há  
46 estoque de vacinas, que já houve situações da geladeira estar lotada de vacinas, não sendo essa  
47 específica, que houve campanhas em outros momentos antecipadas, e por falta de planejamento não é,  
48 abordando novamente que o local de vacina é no braço, e questiona que tem uma nota do Ministério da  
49 Saúde recomendando o início de vacinação entre as idades de 12 a 18 anos para pessoas com  
50 comorbidades. O Conselheiro Moacir então informa que quando há uma nota do Governo Federal que já foi  
51 apropriada, é aguardado que seja reiterado pelo Governo do Estado, uma vez que o lote quando chega já  
52 vem com a especificação da faixa etária, ressalta ainda que a Secretaria está com essa ansiedade porque  
53 está ocorrendo um movimento muito forte, sendo inclusive de reclamações altas, e que sabe que o público  
54 adolescente circulará mais, principalmente agora, e frisa sendo uma crítica ao Governo Federal, que mal  
55 começaram as aulas e o distanciamento que era de 1.30m foi reduzido para 1.00 m, significando assim mais  
56 pessoas e maior risco de contaminação dentro de uma sala de aula, mas que há o anseio que seja liberado  
57 vacinas, avançando nesse público e coloca que não sabe se em relação a estratégia, se poderia iniciar  
58 sobre as comorbidades ou seguir faixa etária, se houver doses suficientes. Na sequência o Presidente  
59 Zanatta cita que já fez menção ao que será colocado, pois sabe que seria solicitado ponto de Pauta para  
60 discussão sobre a representatividade do Conselho, sendo o item 4 – Sobre a Representatividade nas  
61 Comissões, sendo uma demanda da Comissão de Finanças, mas que entrará posteriormente nessa Pauta  
62 suprimindo o tema, pois o Conselheiro Robério transmitiu que teve a impossibilidade de fazer da sequência  
63 da COMTEFIS, já a COMFIN a Conselheira Ilyá Joilda da impossibilidade de estar presente, comunicando  
64 que abolirá a Pauta das atividades das Comissões, finaliza os informes e anuncia que fará a leitura dos

65 ofícios encaminhados e recebidos, seguindo depois para os pontos de Pauta. Faz referência ao Protocolo  
66 que foi realizado através da Secretaria-Executiva do Conselho para COMTEFIS com as cópias dos  
67 seguintes documentos para análise: Ofício nº111/2021 – 16ª Regional de Saúde do Estado do Paraná;  
68 Ofício Nº1659/2021/PR – Irmandade Santa Casa de Arapongas; Ofício nº210/2020 – Hospital Norte  
69 Paranaense – HONPAR; Ofício nº1439/2020 – Irmandade Santa Casa de Arapongas; Documento Descritivo  
70 Termo de Apostilamento; Contratualização de UTI e Ofício nº896/2021 do Conselho Regional de  
71 Nutricionistas da 8ª Região e informa que os documentos originais estão nos arquivos do Conselho, que  
72 houve a entrega das cópias para ser dado a concepção das atividades da Comissão de Fiscalização, uma  
73 vez que a COMFIN entrará nessa Pauta, mas que a mesma praticamente finalizou as atividades que tinha  
74 em relação as questões que envolviam o Relatório do GEPATRIA, sobre a compra de medicamentos e teve  
75 o desdobramento para as ações financeiras da Secretaria de Saúde em relação a fazer um diálogo com  
76 Setor de Licitação, Compras e Contabilidade. De acordo com essas informações o Presidente destaca que  
77 a Secretária Executiva do Conselho está de férias e acredita que até antes do retorno se a Conselheira Iyá  
78 Joilda tiver possibilidade será encaminhado os Relatórios das Atividades para todos os Conselheiros. Cita  
79 sobre o recebimento do Ofício nº896/2021 do Conselho Regional de Nutricionistas referente ao inquérito  
80 Nacional sobre dados da Segurança Alimentar, no qual foi encaminhado o expediente para o SESAN –  
81 Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional de Arapongas e para a Secretaria de Educação – Setor de  
82 Merenda Escolar, onde houve o recebimento de informações através da Sra. Marta Pilatti Gerente da  
83 Merenda Escolar das ações que estão sendo realizadas, assim como do SESAN; anuncia também sobre o  
84 Ofício Circular Nº140/2021 – Ofício Circular DIR – Terceira Oficina para Orientações na Confecção do Plano  
85 Municipal de Saúde; e sobre esse assunto diz que foi realizado uma demanda e encaminhado a todos os  
86 Conselheiros sobre as Orientações do Plano Municipal de Saúde, sendo que na data de hoje foi realizado  
87 uma reunião com a COMFIN, onde houve a participação do Setor de Contabilidade, que gostaria de  
88 chamar a atenção do Plenário para que ao longo do corrente mês fosse realizado alguma manifestação  
89 sobre o Plano Municipal de Saúde, frisando que dos documentos que foram enviados para todos, há a  
90 Programação Anual de Saúde onde aborda sobre as diretrizes, e faz a sugestão que alguns membros do  
91 Conselho pudessem reunir e verificar dentro dessas diretrizes, se o Conselho tem algum indicativo a fazer,  
92 enfatiza também que o Plano está sendo elaborado por técnicos da Secretaria, pela função Gestora, porém  
93 o Conselho não se apropriou, mas que o Plano foi aprovado anteriormente, e inclusive foi aprovado o Plano  
94 da Programação Anual atualizada com o COVID, da mesma forma foi aprovado o Plano readequado ao  
95 DIGISUS e Pandemia, e diz que fará uma sugestão, no qual encaminhará aos Conselheiros nesta semana  
96 sobre o instrumento de Programação e sobre o item 13, referente ao Controle Social, sendo importante, pois

97 depois não haverá possibilidades de falar dos outros anos onde não houveram participações, pois está  
98 sendo oportunizado agora, que a Secretaria de Saúde Municipal está fazendo o encaminhamento de tudo  
99 para o Conselho, inclusive viabilizando participação de Oficina para montagem do novo Plano 2022/2025.  
100 Ato contínuo o Presidente Zanatta faz a leitura do Ofício 499/2021 – Ministério Público – Questionamento  
101 quanto ao Pronto Atendimento 24h Alberto Esper Kallas, assim como do Ofício expedido pelo CMS  
102 nº30/2021 com a resposta, destinando este ao PROJU, com cópias para a SEMUS e ao Promotor, diz que  
103 os documentos mencionados estão arquivados na Sala da Secretaria - Executiva do Conselho Municipal de  
104 Saúde e reportando-se ao Conselheiro Moacir indaga se o mesmo poderia comentar desse tema, ao que o  
105 Conselheiro diz que a própria O.S. que está tocando o 24h Alberto Esper Kallas tem realizado  
106 periodicamente uma prestação de contas, precisando verificar se é a cada três ou quatro meses, mas que  
107 será preciso até realizar uma Reunião Extraordinária para passar sobre esses relatórios, que nestes são  
108 informados como está o processo de trabalho no local, mas ressalta que a apresentação do mesmo levará  
109 um tempo igual ou até maior, referente a Apresentação do Relatório Quadrimestral. O Conselheiro Moacir  
110 faz uma sugestão ao Presidente Zanatta que seja realizado uma Apresentação também da equipe da  
111 Irmandade Santa Casa de uma forma periódica, por haver rotineiramente questionamentos sobre o  
112 processo de trabalho da Instituição, sendo importante para fortalecer questões pertinentes ao Controle  
113 Social. Desta forma, o Presidente Zanatta menciona que os Conselheiros não tem acesso aos relatórios do  
114 Tribunal de Contas, sendo difícil para o Conselho de forma plena e homogeneia ter acesso ao Portal de  
115 Transparência do Município e coloca que através das reuniões que foram realizadas pela Comissão de  
116 Finanças, estamos nos apropriando mais destas ferramentas para poder trabalhar melhor o Conselho nesta  
117 Gestão, e ressalta que sobre a questão das Contratualizações que envolvem os dois hospitais já há a  
118 necessidade que a COMTEFIS desempenhe o seu papel para verificar os serviços realizados. Que não é  
119 apenas numericamente, cita como exemplo que surgiu o assunto sobre a temática da COVID, que há as  
120 respostas por parte da Instituição, mas que o Conselho tem pertinência para realizar visitas “in loco” às  
121 Instituições e verificar da disponibilidade dos leitos, da locação de leitos, assim como das outras questões  
122 de forma a cientificar-se, coloca também que a COMFIN se apropriará dos assuntos financeiros pertinentes  
123 sobre as Contratualizações, mas precisará desenvolver o trabalho junto com essas informações da  
124 COMTEFIS. Faz referência sobre a Contratualização com o Município da Área Materno Infantil que acredita  
125 que seja importante que a Irmandade Santa Casa apresente as atividades desenvolvidas, que a sugestão  
126 do Conselheiro Moacir é louvável, pois assim como o Relatório que o Município apresenta  
127 Quadrimestralmente, que a referida Instituição também possa apresentar os relatórios de suas atividades,  
128 seja através de Power Point, Data Show com demonstração de planilhas e atividades, que acredita que terá a

129 consecução com as atividades das Comissões. Retorna e referencia o Ofício 499/2021 do Ministério  
130 Público, onde constava no documento a Recomendação Administrativa 08/2020 e que a partir dessa RA foi  
131 realizado toda a busca de Recomendações e outras Legislações citadas, retornando assim até a  
132 Recomendação nº01/2013, pois fazia a referência do assunto Urgência /Emergência à época da Gestão do  
133 Ex. Prefeito Antônio José Beffa, que neste primeira RA questionava o não funcionamento da Unidade de  
134 Pronto Atendimento – UPA, uma vez que a mesma estava construída na Gestão do também Ex. Prefeito  
135 Beto Pugliese e que havia uma causa, um fundamento, que era questão de operacional, de ordem  
136 arquitetônica e estrutura física. Que neste momento cabe retomar ações junto ao Dr. Rafael Citta, à  
137 Procuradoria do Município para ter discernimento, porque no documento existe contraindicação e cita a  
138 legislação pertinente, mas acredita que o Jurídico do Município pode apoiar e discernir sobre essas  
139 questões ponderadas sobre essa legislação por parte do Ministério Público, enfatiza ainda que, o que era  
140 responsabilidade do Conselho inicialmente sobre o questionamento do CMS ter aprovado, como função  
141 administrativa - social, ato legal que passe pelo Conselho, que sim foi transitado e aprovado, e que não  
142 obstante agora o Conselho precisará se apropriar junto ao Município da função Gestora daquela Unidade.  
143 Com prosseguimento o Presidente Zanatta faz a leitura do Ofício 1623/2021 – Irmandade Santa Casa de  
144 Arapongas, no qual solicitam a Declaração HospSus, e diz que anualmente a Instituição pede uma  
145 declaração informando que não existe nenhuma reclamação, denúncia, nada contra, e menciona que  
146 realmente não houveram através das informações advindas do Setor de Ouvidoria, e que tem informações  
147 de uma outra Pauta, que no local tem como em todos os Hospitais sobre os Boletim de Grau de Satisfação  
148 do Usuário, sendo uma pesquisa espontânea do Hospital, e que isso é demandado a Comissão de  
149 Avaliação e Acompanhamento da Contratualização, e informa que devido não ocorrer as reuniões, somente  
150 através do Setor de Ouvidoria para saber. Diante o exposto o Conselheiro Alecsandro solicita a palavra, e  
151 comenta sobre a Declaração do HospSus quando o Estado faz o repasse, se requer todas as referências do  
152 Conselho ou pede todas as certidões, listas da Receitas Federal, e o Presidente Zanatta diz que acredita  
153 que pede tudo na assinatura do contrato e não na avaliação quadrimestral, e o Conselheiro Alecsandro  
154 questiona se tem previsão pelo menos nos contratos do Município com os terceirizados, que a Instituição  
155 tem que manter durante a vigência do contrato rígidas as suas certidões, se está se apropriado desse fato,  
156 ao que o Presidente diz que não, e o Conselheiro Alecsandro comenta que está levantando a questão,  
157 sendo um informe na data de hoje, mas que deixará para outro momento oportuno, que foi feito um  
158 levantamento das Ações Trabalhistas dos Médicos, e do que os mesmos têm a receber da Instituição, sendo  
159 feito pelo jurídico do Sindicato, que a Instituição está recebendo do HospSus com verba carimbada, e que  
160 não está chegando na ponta para todos os colegas que tem a receber, e aborda que na semana anterior

161 saiu uma condenação da Justiça do Trabalho para o pagamento de uma dívida, que a Juíza da Vara do  
162 Trabalho deste Município com muita propriedade determinou, e que esse contrato de pessoa jurídica é uma  
163 questão Institucional, mas que reconheceu o vínculo emprego, reconheceu a relação de trabalho mesmo  
164 sendo da Pessoa Jurídica, e condenou, e comenta que parece que tem médicos com honorários que  
165 chegam a faixa de mais de R\$500.000,00, e que lógico que há honorários que precisam passar por uma  
166 lupa e comprová-los, mas que a própria Instituição após essa condenação custaria o valor de R\$70.000,00  
167 para um dos colegas, em apropriação ao repasse da Unimed e do HospSus. O Presidente Zanatta pergunta  
168 se é referente aos plantões presenciais ou a distância, e o Conselheiro Alecsandro afirma que é presencial,  
169 e com a palavra o Presidente diz que sabe que existem demandas que o correto são plantões presenciais,  
170 mas que sabe que já não ocorreram de forma presencial, apenas a distância. Na ocasião o Conselheiro  
171 Alecsandro relata que é interessante, porque sabe que executavam a distância, e a prova é que tem  
172 denúncia, e agora tem uma declaração para o HospSus que não tem denúncia, sendo de conhecimento a  
173 irregularidade, e de repente não tem informação sobre a irregularidade. Sobre esse assunto Presidente  
174 Zanatta diz que já houve um manifesto, sendo por ofício, o último expediente falava isso, e que não tem o  
175 porque do Conselho precisar conceder essa declaração, porque o CMS faz o Controle Social, mas não tem  
176 um canal aberto para a comunidade. Informa da disponibilidade das informações veiculadas, agora em sua  
177 Gestão do CMS, à página do Site do Município, e que se realizado uma busca do ícone dos Conselhos  
178 pode ser feito um comparativo dos outros Conselho com o CMS, sendo que nos outros existe apenas os  
179 dados de endereço e que o do CMS todas as informações estão sendo inseridas, sendo um canal aberto  
180 para a comunidade, sendo oferecido as Plenárias, os expedientes, a lista de Conselheiros, e que ainda não  
181 foi colocado as fotos devido existir uma dificuldade operacional, mas que as informações diante do  
182 Conselho e de suas atividades estão dinâmicas e contemplativas para a população, devido atualmente ter a  
183 Secretária-Executiva, e reportando-se ao Conselheiro Alecsandro diz que o assunto ficará registrado, e que  
184 há demanda, expediente nesse sentido, e que não deveria ser questionado ao Conselho, e que acredita que  
185 não é o Conselho que precisa dar essa resposta, mas sim o Gestor Municipal e o Serviço de Ouvidoria. Ato  
186 contínuo o Conselheiro Robério diz que deve ser uma exigência dentro do Contrato, que além da Ouvidoria  
187 do Município, o Conselho também deve prestar essa informação, se existe demanda de reclamação junto  
188 ao Conselho sobre a Instituição, ao que a Conselheira Márcia menciona que se for uma questão de  
189 assistência, qualidade, voltada para a Saúde é um fato, mas questões trabalhistas acredita que não é  
190 expediente do Conselho, pois se a Instituição tem problemas trabalhistas é problema do local, que é preciso  
191 se preocupar com questões de assistência, se a população está sendo assistida com qualidade, e ressalta  
192 que não há perna nem para avaliar se o médico está presente no horário de trabalho, quanto mais se a

193 Instituição está pagando o salário. Com a palavra o Presidente Zanatta cita sobre o Ofício expedido do CMS  
194 sendo Nº 18/2021 – 16º Regional – Solicitação acerca da Assistência ao COVID, realizada da Irmandade  
195 Santa Casa de Arapongas e faz a leitura do Ofício nº Nº 111/2021 – 16º Regional de Saúde – Resposta ao  
196 Ofício nº18/2021 com informações sobre o atendimento ao COVID-19 realizado pela Instituição Hospitalar  
197 Irmandade Santa Casa de Arapongas. O Conselheiro Alecsandro então diz que a pergunta foi em relação se  
198 haviam condições físicas para receber pacientes em isolamento, pois se recorda que houve uma polêmica  
199 que na ocasião, onde a Conselheira Márcia fez uma colocação com muita propriedade, abordando que a  
200 HONPAR tinha condições de ajudar a Irmandade Santa Casa a montar uma estrutura para receber os  
201 pacientes com COVID na referida Instituição, com resposta a oferta negada, em tese em primeiro momento,  
202 e que depois gerou-se um caos, no qual o finado Durval estava presente. Diante o exposto o Presidente  
203 Zanatta afirma positivamente, porém dizendo que quando o Hospital HONPAR ofereceu, sua estrutura já  
204 estava sendo montada, estava com a Área COVID sendo organizada, ao que o Conselheiro Alecsandro e a  
205 Conselheira Márcia dizem que não, e o Conselheiro Alecsandro ressalta que ter o equipamentos e ter as  
206 instalações físicas não significa que estava sendo montado, pois o COVID não tinha nem começado ainda,  
207 que na reunião não tinha sido decretado a Pandemia, que o Hospital tinha seus equipamentos e tinha a  
208 estrutura física que já estava pronta, não tinha sido colocado nem um tijolo a mais além do que já estava, e  
209 reportando-se para a Conselheira Márcia pede que o corrija se estiver errado, e continua enfatizando que o  
210 Sr. Durval havia sido categórico ao falar que não entrariam nessa Pactuação, devido ao problema na  
211 Maternidade, que não teria o que fazer com a Maternidade, bem como não tinha estrutura física e pelo fato  
212 de ter UTI exigiu-se por exemplo da HONPAR que tivesse uma UTI exclusiva para COVID, e a Santa Casa  
213 não tem UTI exclusiva, e os pacientes COVID foram colocados dentro dessa UTI, e questiona dizendo qual  
214 foi o impacto disso na transmissão, na gravidade, frisando que teve até óbito de pacientes no Hospital. Com  
215 prosseguimento da palavra o Conselheiro Alecsandro diz que também teve conhecimento de situações de  
216 pacientes que foram até a Santa Casa de forma particular foi sugado até a última gota que podiam, e  
217 quando o paciente complicou e foi para a UTI foi chamado o SAMU e encaminhado para a HONPAR, que  
218 esse fato não foi um ou dois casos, aborda que isso tem que ser passado a limpo, ao que o Presidente  
219 Zanatta menciona que somente com atuação da Comissão é que poderá ser feito isso, porque há uma  
220 dificuldade em não reconhecer a Área, que ficam teorizando e não sabem o que é a estrutura, e o  
221 Conselheiro Alecsandro diz que reconhecem a Área, e o Presidente afirma positivamente e diz que não é  
222 porque conhece o ambiente da UTI e sabe como é, que poderá verter algo para o Conselho, a não ser por  
223 um ato deste, pois sabe que no local não existe em nenhum quarto uma ante sala para isolamento, e sabe  
224 que em nenhum apartamento há uma ante sala que permite o isolamento respiratório, e que não sabe se

225 existe algo diferente que não tenha conhecimento, sendo possível mediar apenas através do papel  
226 fiscalizatório, fazendo uma visita, e o Conselheiro Alecsandro diz que teria que ser a Vigilância, e o  
227 Presidente Zanatta informa que não apenas, que o Conselho pode exercer esse papel de forma  
228 concorrente, que o Conselho pode inclusive de forma isolada, ou solicitando amparo técnico da Vigilância.  
229 Na ocasião, a Conselheira Márcia cita que a referida Instituição Hospitalar pode ter promovido alterações,  
230 fluxos, com mais segurança também, e o Presidente volta a mencionar que o ato de Inspeção do Conselho  
231 não tem o mesmo sentido que a Inspeção Sanitária, que não é isso que será feito e que agora uma vez  
232 balizados por essas ações pode ser feito o chamamento do Setor de Vigilância, que as licenças sanitárias  
233 dos Hospitais que estão locados em Arapongas, estão sendo feitas pelo Município, que a Gestão é de  
234 responsabilidade do Estado, que o Estado também precisa saber, que concorda com o Conselheiro  
235 Alecsandro sobre a resposta da Regional, que a mesma foi generalista, que na mesma fala que não é  
236 necessário o Hospital ter credenciamento específico, mas que o mesmo tem a licença sanitária, não  
237 tratando sobre a questão do isolamento, de ter uma única UTI, não haver quartos propícios, de recursos  
238 humano. O Presidente Zanatta cita que há a resposta da Santa Casa, fazendo posteriormente a leitura do  
239 Ofício N°1659/2021 em resposta ao Ofício n°19/2021 expedido pelo CMS, relata que é verídico o que a  
240 Instituição colocou sobre a grande procura de pacientes ao Dr. Flávio Jun Kazuma infectologista, que devido  
241 a Pandemia virou uma pedra preciosa, na condição de especialista, mas agora está sendo acentuadamente  
242 requisitado, chegando a ponto de não ter horário para pacientes acometidos com menor gravidade sobre a  
243 Pandemia e por isso esses pacientes compareciam quando SUS ou mesmo com a opção particular, se  
244 deslocavam diretamente para outros Centros Médicos ou compareciam no Serviço Público, já que não havia  
245 outro profissional especializado, e que sabe por ter conhecimento de algumas pessoas que são  
246 encaminhados pacientes ao local hospitalar, orientados a comparecerem em dias de sábado, com a  
247 probabilidade de encontrar o Dr. Flávio Jun Kazuma atuando, criando assim um fluxo de referência COVID -  
248 Santa Casa, observando ser uma possibilidade de acesso ao usuário. Em continuidade o Conselheiro  
249 Alecsandro menciona reportando-se para o Presidente Zanatta que o mesmo estava referendado o que ele  
250 havia dito, afirmando sobre a agenda cheia e fluxo alto de pacientes dentro do Hospital, havendo um outro  
251 Prestador que foi sacrificado, sendo arremessado uma espada no pescoço, após terem solicitado para  
252 atender e fechar tudo, parando as cirurgias eletivas do Município, bem como procedimentos ambulatoriais, e  
253 que é uma questão estratégica de Saúde Pública do Município que é um Hospital maior com a essência de  
254 Alta Complexidade. Desta forma, o Conselheiro Moacir afirma que foi uma determinação da Secretaria de  
255 Estado da Saúde – SESA, e o Presidente Zanatta coloca que os profissionais também pararam, pois não  
256 tinham mais condições de saber se seriam infectados, e o Conselheiro Alecsandro pontua que não foi algo



257 ocasional como foi reiterado. Ato contínuo, o Presidente Zanatta retorna para a leitura do Ofício  
258 nº1659/2021 expedido pela Irmandade Santa, e anuncia que o Conselho pode determinar uma parceria com  
259 a Vigilância Sanitária para confirmar as informações in loco, uma vez que no documento constava o  
260 insucesso da Irmandade Santa Casa em transferir 2 pacientes COVID para a HONPAR, e o Conselheiro  
261 Alecsandro após término da leitura do ofício diz que o que pode ter acontecido no local é de terem recebido  
262 pacientes não COVID, e após estes terem sido infectados dentro do Hospital, e o Presidente Zanatta indaga  
263 o porque o Hospital de referência não atenderia, e a Conselheira Márcia comenta que talvez não tinha vaga,  
264 mas se o paciente já estava na Santa Casa, com atendimento não teria motivos para tirar, que é uma briga  
265 que a HONPAR tem, pois o paciente é internado em qualquer outra cidade que abrange a Regional, sendo  
266 exatamente o que o Conselheiro Alecsandro disse, pois sugam o paciente, no qual medicam com  
267 antibióticos caríssimos, e quando identifica que a pessoa já não dá mais conta, estando com muitas  
268 infecções buscam transferi-lo para HONPAR, trazendo muitas vezes bactérias que não há na HONPAR,  
269 uma contaminação para dentro do Hospital, e enfatiza que se foi iniciado o tratamento em outro Hospital  
270 que continue, pois não são obrigados a aceitar todos os pedidos de transferência, tudo que a Central coloca  
271 na tela, e que muitas vezes essa é muito mais prejudicial para uma grande quantidade de pacientes que  
272 estão na HONPAR, para aceitar a vida de um, não dizendo que o paciente vai trazer COVID, mas as vezes  
273 este está com uma série de infecções, que as vezes não há na HONPAR, sendo mil situações que podem  
274 ocorrer, não podendo julgar. Diante o exposto o Conselheiro Alecsandro pede a palavra e relata que não se  
275 recordava da data, e que talvez o Conselheiro Moacir lembrasse, pois na ocasião foi entrado em contato  
276 com o mesmo, informando que a equipe de Plantonistas do 24 horas recebeu uma notícia que não  
277 poderiam encaminhar pacientes para a Santa Casa, que foi fechado o pronto-socorro porque havia um caso  
278 de COVID, há em média três semanas segundo afirmação do Conselheiro Moacir, e o Conselheiro  
279 Alecsandro continua pontuando que fecharam pois teriam que encaminhar o paciente para HONPAR, que  
280 era um acidentado e a regulação colocou o paciente na ambulância do SAMU dentro da Santa Casa  
281 fechando a porta SUS por um paciente com COVID, frisando que é uma brincadeira pois no outro estão com  
282 65 pacientes, sendo dois pesos e duas medidas e que gostaria de deixar registrado. O Presidente Zanatta  
283 menciona então que gostaria que todas as contestações que envolvem as temáticas da 16ª Regional de  
284 Saúde como da própria Instituição Hospitalar precisam ser checadas e entregues para a Comissão, e essa  
285 realizar uma breve avaliação. Em continuidade o Presidente faz a leitura do Ofício nº76/2021 – CEREST/GT  
286 – Agrotóxicos – 16º Regional de Saúde, explicando ao Plenário que foi solicitado através deste documento a  
287 indicação de uma pessoa do Conselho Municipal de Saúde para participar do Grupo técnico sobre a  
288 temática de Agrotóxicos e que desta forma foi mantido a representação do Conselheiro Antonio Martins da

289 ONG Olho D'Água, assim como foi indicado o próprio Presidente para participar, ressaltando que se o  
290 Conselheiro Antonio Magro tivesse condições de participar até seria nomeado, e faz referência aos Ofícios  
291 encaminhados quais sejam: Nº26/2021 – Secretaria - Executiva – Nomeação da Sra. Maria Madalena  
292 Carneiro e Sra. Aline Tassiara Marquês; Nº27/2021 – 16ª Regional de Saúde – Participação da Sra. Roseli  
293 Martauro Marinho junto a Comissão de Avaliação e Acompanhamento das Contratualizações Hospitalares, e  
294 sobre esse ofício foi realizado a leitura para conhecimento dos Conselheiros, ao que a Conselheira Márcia  
295 informa que não está havendo nenhuma avaliação, pois o Governo Federal suspendeu as mesmas até  
296 dezembro de 2021, sendo suspenso pelo Ministério, e o Presidente Zanatta diz que essa resposta precisará  
297 ser notificada pela Regional, pois as avaliações não são do Ministério, que a Comissão é do Estado com a  
298 participação do Município através do Controle Social e de Usuários, e que o que chama atenção do mesmo  
299 é que desde a vigência 2020, não foi realizado nem por videoconferência ou outro instrumento, que cabe o  
300 questionamento aos Hospitais credenciados que suspenderam a agenda, mas continuaram recebendo  
301 recurso, ao que Conselheira Márcia explica que o Governo Federal suspendeu tudo, que não tem avaliação,  
302 e que recebiam por produtividade, que existe o contrato e há um quantitativo mínimo para ser atingido, que  
303 se for alcançado este quantitativo que fora estipulado dentro dos critérios de avaliação, há o recebimento do  
304 valor dentro do contrato, que foi tudo suspenso, como a eletiva, consultas, e questiona então como o  
305 Hospital receberá se não tem produção, que os critérios que foram colocados foram por água abaixo, e que  
306 o Governo Federal decidiu fazer o pagamento pela média, pegando a média de faturamento do segundo  
307 semestre do ano de 2019 do repasse aos hospitais, porque não estava tendo produção. O Presidente  
308 Zanatta questiona se já retomaram as atividades, se estão tendo produção, e a Conselheira Márcia diz que  
309 iniciaram novamente no começo de agosto e receberão por produção a partir deste mês, que até julho o  
310 pagamento foi feito pela média, devido o Hospital não ter parado, pois estava suspenso a eletiva, mas a alta  
311 complexidade como Neurologista, Cardiologista, Oncologista e na Urgência e Emergência continuou  
312 havendo atividades, e foi pago pela média. O Presidente Zanatta indaga à Conselheira Márcia se na  
313 Oncologia e Cardiologia ficaram apenas para emergência, e a Conselheira diz que não, que estes operaram  
314 normalmente, que a alta complexidade não parou, mas que não receberam pela produção e sim pela média,  
315 no qual muita vezes ficaram no prejuízo, pois são cirurgias caras, que continuaram atendendo tudo  
316 urgência/emergência, traumas, mas que não foi pago pelos procedimentos executados, e sim pela média de  
317 2019, que para o COVID há outro contrato, afirmando que não receberam pelo COVID no corrente ano,  
318 2021 e sim em janeiro referente ao ano de 2020, através de muitas brigas, e questiona ao Plenário dizendo  
319 quantos mil pacientes foram atendidos, mas que essa seria uma outra conversa, sendo uma briga interna da  
320 Instituição com o Governo Estadual, ressaltando que a fala foi apenas para informação e que o Conselho

321 soubesse que a HONPAR não recebeu ainda tudo o que foi feito de COVID no ano de 2021. Diante dessa  
322 fala o Conselheiro Moacir aborda que o Governo do Estado teve esse movimento na maioria dos grandes  
323 Hospitais e indaga o que o HONPAR conseguiu mapear, pois é uma crítica muito forte, pois o período mais  
324 crítico da Pandemia foi nesse ano, principalmente no período de março em diante, e que agora que está  
325 havendo uma redução, que foi uma fala de vários Gestores do não recebimento, do não repasse de uma  
326 forma adequada, e não apenas isso, mas de coisas que foram feitas e depois foram glosadas, ao que a  
327 Conselheira Márcia diz que é muito estranho o que fazem, pois o paciente chega na HONPAR com  
328 diagnóstico de COVID, através do SAMU ou pela Central de Leitos para ir para UTI e depois que é  
329 concedido alta ao mesmo, comparece o Auditor da Regional e diz que a situação não era caso de UTI, e  
330 que para este a utilização de máscara de alto fluxo não é caso de UTI, e que a Instituição Hospitalar está  
331 atravessando uma briga para lidar com os auditores da SESA, que glosaram mais de cem contas no mês,  
332 que estão querendo quebrar o Hospital. Conforme o exposto o Conselheiro Alecsandro menciona para a  
333 Conselheira Márcia que é corrente entre os colegas atuantes na área COVID que o pagamento da HONPAR  
334 segue em dia, e a Conselheira diz que não e indaga aonde está ocorrendo, ao que o Conselheiro  
335 Alecsandro explica que é referente ao pagamento dos Profissionais, e relata que no Município de Maringá  
336 chegou a ponto de fazerem empréstimos para os Médicos, e que chegará em um ponto em Arapongas,  
337 assim como está acontecendo em Londrina, Maringá e Curitiba que o Governo do Estado está inviabilizando  
338 os Hospitais de Alta Complexidade, jogando na falência, no qual ocorreu com o Hospital Evangélico  
339 recentemente, e comprarão tudo, ficando nas mãos das Multinacionais, e a Conselheira Márcia diz que o  
340 Estado não tem interesse nos Hospitais e que investirão nos Hospitais Públicos, podendo ser observado a  
341 qualidade dos Hospitais Públicos. Na ocasião o Presidente Zanatta também faz a sua colocação que os  
342 Hospitais Públicos Municipais estão caracterizados pela falta de condição de Gestão, onde não há  
343 economia de escala, e é distinto falar em Hospital Filantrópico, pois este é privado, mas que a Filantropia é  
344 um engendramento jurídico de isenção fiscal, que ninguém faz Filantropia sem dinheiro e/ou sem vislumbrar  
345 lucro, e a Conselheira Márcia cita que se for feito de forma estritamente pública, não há sobrevivência,  
346 quando não há complementação de particular e convênio, pois se há um querer que a HONPAR precisa ser  
347 cem por cento SUS, se há essa postura então perderam o Hospital, enfatiza que a tabela SUS não paga as  
348 despesas de um Hospital, que fazem 30 anos que não é atualizada. O Presidente Zanatta então diz que os  
349 Deputados poderiam em vez de distribuírem Emendas Parlamentares, lutar para uma tabela melhor e  
350 remuneração, e que uma consulta médica ser o valor de R\$10,00 é ridículo, frisa que o modelo capital para  
351 a Saúde é exequível, que não acredita no modelo social, porque o Sistema Médico é capital, e se não fosse  
352 o sistema médico capital não teria a discrepância já salarial ou de prestação de serviço, e que outra

353 situação extremamente crítica para essa condição que o Hospital Público por lei não pode realizar cobrança,  
354 assim como convênios, e que isso extermina a possibilidade, ressalta que acredita que não há Hospitais  
355 Municipais nas Regionais próximas, e a Conselheira Márcia afirma que há sim Hospitais, que foi chefe de  
356 Regional, mesmo que sejam pequenos, citando como exemplo a Cidade de Bom Sucesso, que foram  
357 realizados reformas em todos os hospitais da 16ª Regional, e que o Estado injetou dinheiro nesses  
358 hospitais, com aquisição de autoclave, materiais e contratação de Médicos, e volta a enfatizar que é nesses  
359 locais que o Estado quer investir, por ficarem próximo a população, sendo o slogan do Secretário de Estado  
360 da Saúde, que quer a Saúde perto da população, matando os grandes Hospitais de referência. Sobre esse  
361 fato o Conselheiro Alecsandro expõe que os Hospitais Estaduais estão sobre Gestão de uma fundação em  
362 Curitiba, a FUNEAS – Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná, no qual um dos  
363 braços fortes é de Arapongas, assessor do Sr. Beto Preto, e que levará a toda expertise para levantar os  
364 Hospitais Estaduais. Com a palavra o Presidente Zanatta segue a pauta da Plenária informando sobre o  
365 desligamento da Conselheira Débora Nunes representante do COREN, no qual a mesma solicitou devido a  
366 motivos particulares, e informa que retirará o terceiro ponto de pauta que seria sobre o Relatório de  
367 Atividades das Comissões, e que sobre a questão da representatividade das Comissões, que o Conselho  
368 fará o desligamento de forma tácito o desligamento de algumas pessoas por não haver participação, e que  
369 foi uma demanda da COMFIN, por terem realizado diversas reuniões, e ressalta a necessidade do  
370 engajamento daqueles que assumiram o posto nas Comissões, assim como no Conselho, e passa a palavra  
371 para o Conselheiro Antonio Magro, ao que o mesmo explana que no Conselho ultimamente as pessoas  
372 estão sem responsabilidade, e por qualquer motivo não comparece, que há pessoas que completará um  
373 ano que não participa, sendo preciso cumprir o Regimento, e o Presidente Zanatta diz que foi decidido fazer  
374 a atual Plenária devido ter duas Pautas adiante, no qual já há uma Pauta de Reunião Extraordinária certa  
375 para o vigente mês, que é a questão da Terceirização do 24 Horas, e que também há as demandas da  
376 COMTEFIS para questões de Contratualizações, e sobre o último ponto de Pauta, item 5, referente ao  
377 Plano Municipal reitera aos Conselheiros (as), Alecsandro, Elizabeth, Márcia, Robério, Fátima e Antonio  
378 Magro, que encaminharão esboço da Programação 2022, se a Sra. Clara dispor, para que a partir dessa  
379 possa ser realizado algumas atividades, chamando a atenção para a Diretriz nº13 sobre o Controle Social,  
380 que os membros possam executar a leitura, passando uma posição posteriormente ao Conselho,  
381 caracterizando assim a participação do CMS na PAS. Não obstante, a Conselheira Márcia sugere que seja  
382 montado um grupo daquelas pessoas que podem comparecer, não sendo período noturno no Auditório para  
383 fazerem a leitura, pois será mais produtivo do que individualmente, e o Conselheiro Robério pontua que não  
384 tem disponibilidade no período diurno, ao que o Presidente Zanatta afirma que acatará a proposta da

385 Conselheira Márcia de agendar um dia para comparecerem no Auditório, e aqueles que não tiverem  
386 possibilidades de comparecer que realizem a leitura, passando a palavra para o Conselheiro Moacir no que  
387 tange ao 6º ponto de Pauta, sobre a Cobertura Vacinal. O Conselheiro Moacir então finaliza  
388 complementando que mesmo cumprindo a etapa para as idades de 18 anos, as segundas doses continuam  
389 garantidas, que poderão ser reduzidos os horários nos locais de vacinação, dependendo a demanda,  
390 enfatizando que estão todos no sacrifício e que vale dizer que estão com três pontos de vacinação, no qual  
391 não houve a necessidade de realização de Processo Seletivo para contratação, não colocando horas extras,  
392 pois estas estão focadas nos atendimentos assistenciais, mesmo que a vacinação seja uma das principais  
393 ações envolvidas pelo Município, que estão na Escola Municipal Alzira Horvatic, Feira da Lua – Espaço  
394 Cultural Milene e no Centro Integrado Saúde da Mulher – CISAM com profissionais remanejados, e frisa  
395 novamente que dependendo da demanda reduzirá um desses pontos, provavelmente o da Escola Alzira  
396 Horvatic até pelo motivo da reprogramação do retorno das aulas, mas que acredita que a mesma demanda  
397 que houve para a primeira dose, será para a segunda, chegando até o mês de novembro, com os pontos do  
398 CISAM e Feira da Lua, aguardando a Nota Técnica para a vacinação do público adolescente. Desta forma,  
399 não havendo nada mais a tratar o Presidente de Mesa Zanatta agradece novamente a todos os que  
400 participaram desta Plenária, dando encerramento a mesma, a qual por degravação, eu, Giziele Regina Ruiz  
401 Mendes – Secretária Executiva, junto ao Presidente e Conselheiro Eucir Antônio Zanatta, em 15 de  
402 Setembro de 2021 lavramos a presente Ata.